



Políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da agro-ecologia



Resumo das principais recomendações

As políticas públicas são susceptíveis de desempenhar um papel essencial no desenvolvimento da agroecologia. Podem, nomeadamente, garantir a sustentabilidade das experiências realizadas localmente e favorecer uma mudança de escala, ou seja, uma generalização a nível territorial das práticas e sistemas agroecológicos implementados com sucesso em pequena escala no âmbito dessas experiências.

O Programa de Agroecologia da CEDEAO para a África Ocidental (PAE) foi criado entre 2018 e 2025 para ajudar

as explorações familiares a fazer a transição para a agroecologia, permitindo-lhes conciliar o desempenho económico (aumento da produtividade e da produção, redução das perdas, melhoria dos rendimentos, etc.), a segurança alimentar, uma maior resiliência, a conservação do ambiente e a saúde pública.

O estudo de capitalização do PAE levou à formulação de uma série de recomendações de políticas públicas, que são detalhadas em cada uma das sete notas temáticas do estudo de capitalização. A presente nota apresenta uma síntese dessas recomendações. Consoante o caso, podem dizer respeito mais ou menos diretamente às autoridades locais, nacionais ou regionais.

Colocar a agro-ecologia no centro das políticas públicas

DAR PRIORIDADE À AGRO-ECOLOGIA

- ▶ Tornar a agroecologia um foco estratégico das políticas agrícolas nacionais e regionais.
- ▶ Estabelecer marcadores regionais harmonizados para identificar o financiamento público para a agroecologia e a agricultura convencional e estabelecer metas ambiciosas para aumentar a quota da primeira.
- ▶ Assegurar que as políticas relacionadas com a produção vegetal, a pecuária e o ambiente são coordenadas de forma a promover uma maior integração entre a agricultura, a agrofloresta e a pecuária.

DURAÇÃO DAS INTERVENÇÕES E DEFINIÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA O SEU DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

- ▶ No caso de intervenções a favor da agroecologia limitadas no tempo (programas e projectos), prever uma duração mínima de seis anos ou a existência de várias fases sucessivas, bem como a definição das condições de desenvolvimento e sustentabilidade das mudanças desde a fase de conceção.

Financiamento da agroecologia

ACESSO A FINANCIAMENTOS NACIONAIS, REGIONAIS E INTERNACIONAIS

- ▶ Mobilizar financiamentos nacionais e regionais no âmbito de estratégias e políticas favoráveis à agroecologia, e facilitar o acesso dos actores a esses financiamentos, através de sistemas de crédito agrícola e de acções de reforço das organizações de produtores.
- ▶ Reforçar as capacidades dos governos e dos fundos e bancos públicos de desenvolvimento para lhes permitir mobilizar, gerir e dirigir eficazmente os fundos susceptíveis de financiar a transição agro-ecológica, incluindo os fundos internacionais para o clima.
- ▶ Criar um sistema de crédito agrícola para a agricultura familiar.
- ▶ Incentivar a criação de esquemas de poupança e crédito nas aldeias e reforçar os existentes através de linhas de crédito com bancos comerciais e de investimento nacionais e regionais.

SUBSÍDIOS

- ▶ Coordenar, a nível nacional, uma política de subsídios para as explorações agrícolas que vise investimentos agro-ecológicos (animais, infra-estruturas) e equipamento agrícola que permita aos produtores, incluindo jovens e mulheres, gerir melhor o seu horário de trabalho, bem como bio-inputs.

Formação, investigação, serviços de aconselhamento agrícola e divulgação de conhecimentos em apoio da agro-ecologia

FORMAÇÃO

- ▶ Rever os programas de formação agronómica das universidades, institutos e centros de formação técnica, colocando a agro-ecologia no centro dos mesmos (incluindo aspectos relacionados com a gestão agrícola e o desenvolvimento comercial de produtos agro-ecológicos) e aproveitando ao máximo as tecnologias digitais.
- ▶ Planear a actualização das competências dos formadores, tanto em termos de princípios e técnicas de agroecologia, mas também em termos de competências de liderança, facilitando os intercâmbios entre agricultores e promovendo os seus conhecimentos.
- ▶ Integrar sistemas de monitorização pós-formação para agricultores formados em institutos de formação técnica.
- ▶ Aumentar o financiamento das infra-estruturas pedagógicas dos centros de formação em agro-ecologia, nomeadamente das unidades de aplicação de práticas agro-ecológicas.

PESQUISA

- ▶ Reforçar a participação das organizações de agricultores na definição das prioridades e temas de investigação em agroecologia.
- ▶ Realizar trabalhos para identificar, capitalizar, valorizar e melhorar as práticas agroecológicas tradicionais.
- ▶ Implementar um trabalho de avaliação dos efeitos e impactos das práticas e sistemas agroecológicos em termos socioeconómicos e agro-ambientais, bem como das condições para o seu desenvolvimento, com vista, nomeadamente, a especificar as políticas públicas a mobilizar.
- ▶ Realizar pesquisas sobre a comercialização de produtos agro-ecológicos.

APOIO CONSULTIVO E DIFUSÃO DAS INOVAÇÕES

- ▶ Incorporar a agro-ecologia e as abordagens participativas (escolha de temas e tipos de experimentação, intercâmbios entre pares e formação) como foco de apoio e aconselhamento agrícola, particularmente para mulheres e jovens.
- ▶ Implementar um sistema de sensibilização e comunicação com os agricultores sobre as inovações agro-ecológicas bem sucedidas e os seus efeitos positivos (concursos públicos, feiras, programas de rádio, plataformas digitais, etc.).

Garantir a disponibilidade e acessibilidade de meios de produção agro-ecológicos de qualidade

INSUMOS E EQUIPAMENTOS AGRO-ECOLÓGICOS

- ▶ Apoiar, através de financiamentos adequados (subvenções e empréstimos), a criação de actividades e indústrias que produzam meios de produção agro-ecológicos (equipamentos, bio-insumos, alimentos para animais), tendo como condição prévia o reconhecimento regulamentar dos conhecimentos e práticas dos agricultores nesta área, de modo a evitar o seu confisco para fins comerciais.
- ▶ Definir e aplicar normas harmonizadas para o fabrico e utilização de bioinsumos, nomeadamente biopesticidas.
- ▶ Regulamentar melhor a utilização de pesticidas químicos, incluindo a proibição dos mais perigosos.

Melhorar as condições de comercialização dos produtos agro-ecológicos

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO

- ▶ Apoiar a criação de actividades de comercialização e de indústrias de transformação dos produtos agroecológicos, nomeadamente por parte das organizações de produtores (formação e intercâmbios sobre estratégias de comercialização, gestão da qualidade e rastreabilidade), a certificação dos produtos e o desenvolvimento de cadeias de abastecimento remuneradoras, incluindo através de ofertas de financiamento adequadas, pontos de venda e espaços dedicados nos mercados, compras públicas (nomeadamente para cantinas escolares e outras cantinas) e plataformas digitais.

AUMENTAR A CONSCIENCIALIZAÇÃO DOS CONSUMIDORES

- ▶ Sensibilizar os consumidores para os benefícios dos produtos agroecológicos através de campanhas de comunicação, feiras, degustações e workshops educativos.

PROTEÇÃO DAS CADEIAS DE ABASTECIMENTO LOCAIS

- ▶ Proteger melhor os sectores alimentares locais (leite, cereais, frutas e legumes, etc.) da concorrência das importações de baixo custo, através de medidas adequadas de política comercial e fiscal, garantindo a sua aplicação e o controlo da sua execução.



Garantir regras de acesso à terra e aos recursos naturais favoráveis à agro-ecologia

REGRAS RELATIVAS À GESTÃO DAS TERRAS E DOS RECURSOS NATURAIS

- ▶ Implementar, a nível local, regras acordadas com os criadores de gado sobre a gestão das terras e dos espaços naturais, de modo a garantir a viabilidade das práticas agroecológicas (RNA, plantações de árvores, sebes vivas, culturas forrageiras, sistemas de proteção e melhoria da fertilidade do solo) e a integrar os agricultores e criadores de gado, incluindo os transumantes, numa transição agroecológica partilhada.

ACESSO À TERRA PARA AS MULHERES E OS JOVENS

- ▶ Promover abordagens de consulta comunitária para reforçar os direitos à terra das mulheres e dos jovens.
- ▶ Incentivar as autoridades locais a libertarem terras, especialmente para as mulheres, para a agricultura agro-ecológica.

LEGISLAÇÃO SOBRE TERRAS

- ▶ Implementar, sempre que necessário, reformas da legislação fundiária favoráveis à transição agro-ecológica e ao acesso das mulheres e dos jovens à terra.

GESTÃO DAS ZONAS DE PECUÁRIA TRANSUMANTE

- ▶ Nas zonas de transumância pecuária, promover o desenvolvimento e a implementação de regras para a gestão sustentável das terras: acordos sociais entre diferentes grupos de criadores de gado sobre a gestão de sistemas de abastecimento de água e recursos associados, acordos sociais entre agricultores e criadores de gado sobre a definição e marcação de corredores de transumância.

Apoiar as parcerias e a cooperação entre as partes interessadas

PARCERIAS ENTRE AS VÁRIAS PARTES INTERESSADAS

- ▶ No âmbito da política de promoção da agro-ecologia, apoiar a estruturação de parcerias multi-stakeholder, nomeadamente lideradas por organizações de agricultores, mas envolvendo também centros de investigação e de formação, organismos de aconselhamento agrícola e outros actores (agentes industriais a montante e a jusante, autarquias locais), em prol do desenvolvimento da agro-ecologia e do escoamento estável e remunerador dos produtos agro-ecológicos.

PLATAFORMAS E QUADROS DE CONSULTA

- ▶ Reforçar as plataformas multi-stakeholder para promover a partilha de conhecimentos (por exemplo, workshops nacionais ou locais sobre questões-chave da transição agro-ecológica), a colaboração, a construção de relações económicas, o diálogo político e a contribuição para as políticas públicas, garantindo a representação de mulheres e jovens.
- ▶ Em particular, apoiar os Quadros Nacionais de Consulta para a Agroecologia (NCCs), incentivando o estabelecimento de mecanismos de financiamento sustentáveis para os NCCs, inclusive através de financiamento público nacional, garantindo a sua representatividade e a existência de governação partilhada.

Atenção política especial para as mulheres e os jovens

As mulheres e os jovens podem desempenhar um papel central na transição agro-ecológica, mas, dada a sua situação específica, requerem uma atenção especial por parte das autoridades públicas, nomeadamente em termos de:

- ▶ acesso ao crédito agrícola e aos subsídios ao investimento agro-ecológico
- ▶ formação e apoio consultivo,
- ▶ participação na criação de circuitos de comercialização dos produtos agro-ecológicos,
- ▶ acesso seguro à terra e aos recursos naturais,
- ▶ participação em plataformas multi-sectoriais.

- ▶ Incentivar o intercâmbio entre os CCNs em diferentes países, em conjunto com a aliança 3AO, para facilitar a defesa regional pelos países.
- ▶ Prestar apoio a longo prazo da CEDEAO aos CCN e à aliança 3AO.

CONTACTOS

-  araa@araa.org
-  <https://www.araa.org>
-  <https://ecowap.ecowas.int>
-  @araaraaf / @ecowas.agriculture
-  @ARAA_CEDEAO / @ecowas_agric

PARCEIROS FINANCEIROS



PARCEIROS TÉCNICOS



Esta publicação foi realizada com o apoio financeiro da União Europeia e da Agence française de développement. Os conteúdos são da responsabilidade exclusiva da CEDEAO e não refletem, necessariamente, as opiniões da União Europeia e da Agence française de développement.